

## Visitas guiadas e autoguiadas em Parque Nacionais: referência de análise na perspectiva do turismo sustentável

Luiz Carlos Spiller Pena, Dr<sup>1</sup>  
Thamyris Carvalho Andrade<sup>2</sup>  
Elissélia Keila Ramos Leão Paes<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda questões referentes às contribuições que o turismo traz para a experiência do manejo em Parques Nacionais. Especificamente discute a relação do turista com os guias de turismo nessas áreas e a influência que esse último exerce sobre eles. Parte de uma situação problema, objeto de investigação de pesquisa de pós-graduação, onde o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) tornou facultativa a utilização do serviço de guia. Fato que levou a uma situação de conflito entre o poder público e o grupo de guias locais e, principalmente, ao questionamento de até que ponto os turistas necessitam de mediação para suas visitas, se o guiamento interfere na visita, visão e experiência do turista em áreas protegidas. Aborda-se aqui a experiência do turista sob a influência da visita guiada e autoguiada para discutir a questão em relação à prática sustentável ou responsável da atividade turística. Inicialmente apresenta-se um breve histórico sobre o surgimento dos Parques Nacionais e sua oferta no país. Expõe-se, em seguida, uma discussão sobre as noções do guiamento e do autoguiamento em relação à hospitalidade. Conclui-se entre as duas formas que a visita guiada está mais próxima enquanto valor agregado ao serviço turístico, uma vez que tende a agregar conhecimento e acolhimento como experiências únicas para o turista.

**Palavras-chave:** Turismo em Parques Nacionais. Visita Guiada. Visita autoguiada.

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Centro de Excelência em Turismo – Universidade de Brasília (UnB); Pesquisador em Turismo e Sustentabilidade Social do LETS – Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB); Pesquisador do FLUXUS – Laboratório de Estudos em Sustentabilidade Socioambiental e Redes Técnicas – Departamento Saneamento e Ambiente (DSA) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) – Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Engenharia Civil, área de saneamento e ambiente, pela Universidade Estadual de Campinas. Email: spilena@unb.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Turismo no Centro de excelência em Turismo – CET da Universidade de Brasília - UNB. Email: thamyris.andrade@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Turismo no Centro de excelência em Turismo – CET da Universidade de Brasília - UNB. Email: elisselia@hotmail.com.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

## Introdução

A pesquisa realizada para a elaboração do presente artigo partiu da necessidade identificada de responder a uma questão problema vivenciada a partir da realidade objetiva existente nas relações entre turistas, agentes públicos e privados, respectivamente responsáveis pela conservação ambiental e prestação dos serviços de guiamento e autoguiamento no âmbito do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - PNCV.

O Parque está localizado a 260 km da capital federal, Brasília, no estado de Goiás entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e Colinas do Sul. Está inserido no bioma Cerrado, que possui uma área de 64.795,37 hectares e foi criado no ano de 1961 com o Decreto 49.875.

O acesso do turista ao PARNA da Chapada dos Veadeiros até o ano de 2012 foi condicionado ao acompanhamento de guia. Atualmente, após decisão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, a oferta do guiamento nas visitas passou a optativa, a critério de escolha dos grupos que visitam o Parque.

O órgão público responsável, ICMBIO (2013), informa que essa decisão foi tomada após diversas discussões sobre a liberdade que o turista deve possuir para fazer a visita ao Parque da maneira que melhor avaliar. Em contrapartida a essa decisão a comunidade de Guias da Chapada dos Veadeiros se mobiliza para reverter a decisão e convencer os turistas da necessidade e do valor que o guiamento agrega às visitas ao Parque.

Para o presente artigo respeitou-se um processo de construção do conhecimento suportado por atividades guiadas e projetadas, de forma sistemática, que consistiram em estabelecer um quadro de discussão teórica a partir de dados quali-quantitativos utilizados de fontes como o ICMBIO que permitiram uma visão exploratória sobre o tema.

Dados esses que foram articulados à luz de um quadro teórico de conceitos norteadores sobre noção de hospitalidade associada à experiência do turista (DERRIDA, 2003; DIAS, 2002; ONFRAY, 1959; HALL, 2001; AUGÉ, 1994; KRIPENDORF, 1989); ao guiamento e autoguiamento (HAN, 1992; CARDOSO, 2002) para sustentar uma compreensão dedutiva acerca da consistência de argumentos apreendido e compreendidos para a investigação do fenômeno ou da relação turista / guiamento.

Para tanto, utilizou-se uma pesquisa exploratória sobre a bibliografia considerada pertinente ao tema.

## 1. Turismo em Parques Nacionais

O turismo é uma atividade que representa cada vez mais um consumo ativo sobre as áreas consideradas de patrimônio natural. Fato que justifica uma atenção quanto à necessidade de preservação da natureza associada aos meios e fins que definem a prática da atividade turística.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

A necessidade de preservação das áreas naturais, até então não protegidas, começou a ser compreendida no final do século XIX, nos Estados Unidos, com a iniciativa dos exploradores do rio *Yellowstone* de combater em prol da preservação da paisagem natural daquela localidade. Com esse esforço, em 1872, eles conseguiram a aprovação pelo Congresso Norte Americano da ata de criação do *Yellowstone National Park*. Assim surgiu, oficialmente, a primeira Unidade de Conservação do mundo, Costa (2002, p. 11).

A autora afirma ainda que antes da aprovação do *Yellowstone* houve a decretação da área do atual Parque Nacional de *Yosemite*, decretada inalienável no ano de 1864, pelo então presidente, Abrahan Lincoln, e que se tornou a primeira “área de preservação”.

Muitas foram as lutas em favor da preservação e da conservação das áreas naturais. No Brasil, no ano de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC por meio da Lei nº 9.985 que tem por objetivo estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. No artigo 2º da Lei exprime-se por Unidade de Conservação:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

No SNUC (2000) estão previstos diversos objetivos, dentre os quais destaca-se para a reflexão contida neste artigo a promoção do desenvolvimento sustentável a partir de recursos naturais e da proteção das paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica.

As Unidades de Conservação – UCs são divididas em dois grandes grupos: As Unidades de Proteção Integral que buscam preservar a natureza admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, salvando os casos previstos em Lei e as Unidades de Uso sustentável que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

**Tabela 1 - Unidades de Conservação Federais do Brasil**

Tipo	Total	Total em hectares
Proteção Integral	139	36.201.660,99
Uso Sustentável	173	38.846.045,73

Fonte: ICMBIO (2013)

Dentre as categorias previstas no SNUC (2000), no grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral estão os Parques Nacionais, territórios sob posse e domínio público. A visitação nestas unidades está condicionada ao seu Plano de Manejo, um estudo específico da área que deve incluir sua zona de amortecimento, corredores ecológicos e, ainda, planejamentos sobre a promoção da integração à vida econômica e social das populações limítrofes.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

**Tabela 2 - Parques Nacionais do Brasil**

Total	Total em hectares
68	25.245.396,32

Fonte: ICMBIO (2013)

As unidades de conservação foram geridas até meados do ano de 2007 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA quando, em 28 de agosto de 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, ambos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente – MMA. O ICMBIO passou a ser o responsável pela execução das ações sobre os territórios constantes no SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e ainda monitorar todas as unidades de conservação federais, inclusive com poder para a desapropriação de áreas particulares incluídas em seus limites.

O turismo que promove a interação do homem com a conservação da natureza é o chamado Ecoturismo. De acordo com Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) é:

O segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (EMBRATUR, 1994, p.12)

A princípio o conceito de Ecoturismo veio focado apenas na preservação da natureza, resultado do movimento preservacionista ainda na década de 70. Com o tempo outras características foram incorporadas à noção, por meio da evolução do pensamento e entendimento sobre desenvolvimento sustentável. A partir dessa noção a definição brasileira de Ecoturismo incorporou uma tendência mundial, a de envolver as populações locais nas ações e sobretudo como beneficiária do turismo (WWF, 2003, p. 11).

Atualmente busca-se entender o turismo de uma forma ampla e não segmentada, apesar de ainda existirem as características que diferem um turismo de outro, como sol e praia, cultura, gastronomia, por exemplo. Todavia, a busca pela conservação da natureza, da cultura e o envolvimento da comunidade local na atividade tem de ser objetivo de todos que se propõem a ofertar o turismo em qualquer localidade.

Tal orientação é reforçada pela noção de turismo responsável, considerada um incremento ao turismo sustentável, baseada no desenvolvimento sustentável e que define uma necessária harmonia entre as relações socioeconômicas e o meio ambiente.

O turismo responsável propõe um crescimento mútuo e respeitoso a partir do envolvimento da comunidade local, da opinião dos turistas e do respeito aos recursos naturais e culturais. Surgiu em meados dos anos 90 com as primeiras preocupações sobre os problemas que

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

o turismo trazia para as comunidades. Em 2002 apareceu expresso na Declaração de Cape Town sobre turismo responsável nas destinações exigindo um conjunto de ações que caracterizam a sustentabilidade, mas que qualquer ação nesse sentido deve partir de um movimento endógeno, com políticas, programas e projetos alcançáveis e reais que beneficiem os conjuntos dos diferentes grupos ou agentes locais envolvidos com a atividade. Na Declaração o turismo responsável é aquele que cria melhores lugares para se viver e cria melhores destinos para se visitar.

Tal entendimento propõe manter, em longo prazo, os recursos existentes, em que se pretende conservar; resguardar e valorizar as paisagens naturais; a biodiversidade ecológica da região; bem como o patrimônio cultural, histórico, artístico e toda a cultura da comunidade envolvida.

Todavia, para Hall (2001, p.23), assim como o turismo pode ser uma porta para grandes benefícios, grandes benfeitorias, este pode igualmente impactar de forma negativa, quando participa da descaracterização da cultura local e da exploração dos recursos naturais de forma desordenada.

Krippendorf (1989, p. 88) menciona que o grande problema do turismo na atualidade se caracteriza pelo fluxo de pessoas que viajam e os impactos por elas causados. Deste modo, o turista compreende muito pouco sobre a logística das cidades visitadas, e conseqüentemente se torna um agente bastante desprevenido em relação aos resultados dos seus atos e não necessariamente propenso ao mal. Mas também não se pode isentá-lo dessas conseqüências, é preciso educá-lo.

De acordo com o Manual de Políticas Locais de Turismo Responsável da *Word Wide Fund for Nature* - WWF (2004, p. 16), o turismo responsável:

É aquele que mantém, e onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, turistas e empresários.

Para implantar o turismo responsável numa região existem inúmeros mecanismos necessários, que devem partir de dois entendimentos básicos: o envolvimento da comunidade; e a utilização responsável dos destinos e dos recursos naturais. Por outro lado, para que tal envolvimento e utilização aconteçam de maneira efetiva (sustentável) é preciso combiná-los com regras bem definidas, de preferência regidas por políticas de direitos e deveres favoráveis aos interesses comuns ou coletivos. Política esta que inclua regulamentos regidos por uma Política Nacional de Turismo Responsável; um planejamento com visão de integração dos diversos setores

# X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

do Turismo; linhas de financiamento que abranjam níveis distintos de empreendedores; campanha de educação ambiental para turistas e a certificação, por meio de critérios de avaliação, para os empreendimentos que incluem a sustentabilidade em suas atividades.

Numa contribuição para a evolução do conceito e para o planejamento do turismo responsável a WWF-Brasil (2004, p. 17), traz ainda alguns princípios norteadores:

- O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação;
- O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável;
- O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício;
- O turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais;
- O turismo deve ser informativo e educacional.

Esses princípios são os fundamentos do turismo responsável e buscam orientar uma melhor gestão em qualquer localidade que proponha uma atividade turística efetivamente sustentável. Dentre os cinco princípios acima descritos destacam-se o respeito às culturas locais e o provimento de benefícios e oportunidades para as comunidades por meio do turismo. Observa-se também o que se pode definir como a figura de um mediador hospitaleiro, entre o turismo, a comunidade e o meio natural. Essa figura ou agente local é o guia de turismo.

Dentre os diversos agentes na prestação do serviço turístico os guias de turismo representam parte da cultura/comunidade local e transmitem, a cada visita, elementos de conhecimento sobre o meio em visita associados ao acolhimento, dimensão da hospitalidade que influencia de forma significativa a experiência do turista.

## **2. Visita Guiada e Hospitalidade**

A hospitalidade como o ato de bem receber necessita da compreensão do contexto sociocultural onde se realiza. Dias (2002, p.26) reflete que de um fenômeno a hospitalidade se torna um produto e se caracteriza como serviço, referindo-se à:

Interação satisfatória entre as pessoas estranhas, ao conforto fisiológico e psíquico do hóspede, por meio de estruturas físicas, culturais e do espaço.



# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Neste sentido, o mediador hoteleiro é quem possivelmente realiza essa interação entre o estrangeiro e tudo aquilo que um destino oferece.

Jaques Derrida (2003, p. 52) foi um dos pensadores contemporâneos que abordou a questão da hospitalidade como sendo algo necessário e a ser feito independente da condição do estrangeiro/turista, em que haverá uma troca necessária, feita preferencialmente sem a intervenção do Estado, de forma espontânea. O que vai ao encontro dos preceitos de respeito humano, tratando as pessoas de forma igualitária independente de suas condições sociais ou físicas.

Derrida (2003, p. 87) menciona ainda existir o hóspede e o parasita, em que o parasita não traz benefícios concretos para o turismo, no entanto, é preciso se submeter à hospitalidade, às boas vindas, para que este, um dia, se torne hóspede legítimo do local.

Nesse mesmo raciocínio Goudbout (1997, p.41) afirma que “a hospitalidade não consiste em dar o espaço a outro, mas em receber o outro em seu espaço”. Ser hoteleiro de modo a não só receber de forma consciente e respeitosa como envolver o turista na dialética da comunidade em questão.

Nesse sentido entende-se o guia de turismo como mediador local de destaque entre os turistas e a sua destinação. Entendida a sua parcela de co-responsabilidade na prática do turismo sustentável, como agente que, diariamente, com a hospitalidade, media o ato de acolher e de conferir acessibilidade às informações que podem auxiliar no manejo<sup>4</sup> dos patrimônios cultural e natural de determinada localidade. Para Chimenti (2007, p. 24) o guia de turismo é:

[...] muito mais do que um mero acompanhante ou orientador. Trata-se de um artista que sabe conferir cor e calor, a uma paisagem, de um mágico capaz de dar vida as pedras milenares, de um acompanhante que consegue que os maiores deslocamentos pareçam curtos, de um profissional, definitivo, que torna possível que nos sintamos como em nossa própria casa no interior de um arranha-céu hoteleiro ou de uma cabana africana.

Acrescenta ainda o autor que o guia deve ser reconhecido como agente importante na produção turística sustentável/responsável, como multiplicador e enriquecedor de uma cultura, bem como, um incentivador da conservação do patrimônio natural e cultural.

Por meio das visitas guiadas permite-se acessibilidade ao conhecimento que, apropriado de forma diversa, serve de base à construção dos olhares e compreensão dos turistas. Para Perez (2009), ao mesmo tempo em que os guias proporcionam uma moldura do destino turístico, por

---

<sup>4</sup> O termo manejo normalmente utilizado para as ações referentes à conservação do patrimônio natural é empregado aqui com a mesma finalidade ao patrimônio cultural, partindo do princípio que as interferências sobre determinada cultura, modo de vida local, podem implicar em impactos negativos se não forem considerados os elementos que compõem sua sócio diversidade (tradições; identidade; memória; etc.).

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

acompanhar boa parte do tempo dos turistas, estes se tornam representantes da cultura local, oferecendo sua visão, conhecimento, e influenciando na experiência vivida.

### 3. Visita Autoguiada

Por outro lado, no mesmo sentido da necessidade que possui de viajar, conhecer novos lugares e percorrer novos destinos é que o homem se desloca em busca de novas experiências.

Todavia, nesse grupo existem aqueles que valorizam a importância de se viajar de forma independente, sem um intermediário, defendendo a não obrigatoriedade de um guia, por exemplo, para a mediação dele com a paisagem a ser vista/vivida.

Ham (1992, p. 43) explica que as trilhas interpretativas podem ser classificadas como trilhas guiadas e trilhas autoguiadas. As trilhas guiadas são concretizadas por grupos de pessoas com o intermédio de um guia que acompanha os turistas e direciona-os a analisar, experimentar, pensar, examinar e desvendar acontecimentos relacionados ao destino vivenciado. As trilhas autoguiadas são aquelas programadas previamente, com paradas pré-definidas, em que o turista se orienta por meio de placas, croquis ou mapas que possuem informações, para a exploração do trajeto sem o acompanhamento de um guia.

Para Cardoso et al. (2002, p. 63), as trilhas autoguiadas tem por objetivo a oferta de uma maior autonomia aos turistas, sendo consideradas mais uma opção para o lazer, a interpretação e educação ambiental, em que de forma diferenciada adquirem conhecimentos sobre a relevância dos recursos naturais, possibilitando e estimulando o olhar específico do turista.

O olhar e o ver são formas distintas do turista usufruir de sua experiência. Para Tiburi (2005), o olhar é mediado, de forma pausada, por remeter a uma concentração, ao passo em que o ver é próximo e distraído. Ver é um olhar abstrato, desinteressado, que tem como objetivo apenas a informação do recurso/atrativo existente.

Para Onfray (1959, p. 36), a viagem começa ao se trancar a fechadura da porta, deixando pra trás o conforto da casa. E a partir deste momento o turista tem a oportunidade de ver e olhar à sua volta. Nesse caminho entre o ver e o olhar é que se observa a influência do guia na experiência. Em que este pode influenciar diretamente, contribuindo para uma visão moldada aos olhos dos que são guiados. Essa linha de pensamento defende a ideia de um movimento que molda janelas a serem vistas pelos turistas. Onfray acrescenta ainda que :

A viagem, de fato, é uma ocasião para ampliar os cinco sentidos: sentir e ouvir mais vivamente, olhar e ver com mais intensidade, degustar ou tocar com mais atenção – o corpo abalado, tenso e disposto a novas experiências, registra mais dados que de costume. (ONFRAY, 1959, p. 28),

Essa forma de movimento e registro sobre a veracidade do real e da ideia que se fez deste pode conter um risco na viagem que consiste em conhecer independentemente um local. Num conflito entre



# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

conhecer os “lugares comuns” e se aventurar por locais nunca antes conhecidos. Para Marc Augé (1994, p. 19):

O espaço como prática dos lugares e não do lugar procede, na verdade, de um duplo deslocamento: do viajante, é claro, mas também, paralelamente, das paisagens, das quais ele nunca tem senão visões parciais, “instantâneos”, somados confusamente em sua memória e, literalmente, recompostos no relato que ele faz delas.

O autor menciona ainda que a viagem estabelece uma analogia fictícia entre o olhar e a paisagem. Mesmo que a viagem seja caracterizada pelos lugares das práticas, assim chamados de espaço, ainda assim, seria necessário acrescentar que há espaços que o indivíduo experimenta como parte de uma plateia, sem que a natureza do espetáculo influencie na sua experiência. Na mesma linha de pensamento, Klynk (2000, p. 34) cita que:

[...] um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.

Aparentemente o conflito entre a experiência da visita guiada e autoguiada pode fortalecer a ideia de que conhecer locais comuns, na experimentação guiada, deixa pra trás a oportunidade e o risco de conhecer novas imagens, possibilidades incontáveis do encontro entre o turista e as paisagens.

## 4. Guiamento e autoguiamento na experiência da visita

A visita não guiada permite ao turista uma maior liberdade durante o passeio, podendo optar por apreciar e dosar o tempo de acordo com a paisagem e o atrativo que para ele seja mais convidativo. Para um turista inexperiente, por exemplo, essa tentativa pode também acarretar num grande risco no que diz respeito à sua própria segurança em trilhas e uma ausência de ações para a conservação das respectivas áreas.

A visita guiada proporciona segurança ao turista, agrega valor à visita pelo conhecimento histórico sobre fauna, flora, clima e cultura da região que o guia carrega e deposita aos turistas durante o passeio. Proporciona também a geração de emprego e renda para os moradores da região que veem o exercício da atividade do como uma forma de ascensão da sua condição

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

socioeconômica a partir de sua inserção no turismo local. Nesta visita o turista encontra-se num estado de ser observado, em que regras têm de ser seguidas e horários cumpridos. Essas condutas regradas são principalmente sobre o comportamento dos turistas diante do local visitado para o prolongamento da conservação ambiental.

Os prós e contras sobre a visita guiada e não guiada aqui refletidos não resume um consenso de nas ideias sobre o assunto, porém observa-se que o desejo de cada turista é colocado como fator de relevância sobre o espaço comum, objeto de visitação.

O espaço comum foi por diversas vezes cenário de grandes conflitos e continua sendo motivo de preocupação quando se trata da gestão responsável destes ambientes. Nesse sentido, pode-se comparar à teoria abordada pelo pesquisador Garret Hardin em sua obra *The Tragedy of the Commons* publicada no ano de 1968, em que afirma que, considerado como uma armadilha social, os espaços comuns envolvem conflitos entre interesses particulares e o bem comum no uso de recursos não renováveis. Para Hardin (1968, p.37), o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito acarretam em condenar estruturalmente o recurso por conta da sua superexploração.

Com isso, e o crescimento da população humana e os recursos da Terra sendo bens finitos, questiona-se a melhor maneira para agir em locais em que há vários interesses sobre a área comum. Hardin (1968, p.35) argumenta contra a confiança que se coloca na consciência dos turistas como um modo de policiar os bens comuns, indicando que isto beneficia sujeitos individualistas e não aqueles de grande cautela.

Hardin (1968, p.48) afirma ainda a necessidade de várias formas de controle para deter ou limitar essa superexploração. Nesse sentido existe uma preocupação em confiar que os turistas das visitas não guiadas são todos, pessoas de boa vigilância.

A experiência do turista e a influência que o guia exerce sobre ela é o motivo de maior questionamento desse artigo. Discute-se até que ponto o turista necessita de um mediador para suas visitas. Esse questionamento é legítimo quando se trata de um turista explorador, que busca aventuras, novas experiências, novos destinos, nova gastronomia. A busca pelo incomum não só na paisagem, mas nos modos de ver e olhar. Sem medo do desconhecido e do não gostar, de não atender expectativas pré-concebidas.

Para um turista conservador ou inexperiente em determinados destinos, o guiamento ainda é uma ótima alternativa, proporcionando uma visita rica, completa de informações culturais, ambientais e saberes tradicionais. Uma visita nos moldes ideais para qualquer turista interessado em saber exatamente aquilo que o levou àquele destino. Com roteiros e horários pré-definidos.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

No entanto, para os dois tipos de turistas aqui tratados, é necessária uma educação e uma postura voltada para a responsabilidade dentro do ambiente, principalmente se tratando de ambientes naturais.

## 5. Considerações Finais

Verificou-se aqui, de forma preliminar, a importância do guiamento e visita autoguiada. Em que se observaram algumas características de cada visita, suas influências, permissões e amplitude.

Na visita autoguiada, a peculiaridade de percorrer espaços por si só parece atraente aos olhos de muitos turistas, ao mesmo tempo em que na visita guiada, ser direcionado a observar o que há de melhor na paisagem torna-se algo também intenso.

Os dois estilos de visitação parecem ter seu espaço consolidado no mercado turístico e, conseqüentemente, a opção por um ou por outro depende do perfil dos turistas que viajam o mundo inteiro, cada um a seu modo, mas com os mesmos objetivos do contato com o meio de natureza.

No entanto é preciso fortalecer a importância de uma postura responsável como pilar de sustentação para um turismo sustentável/responsável, ordenado em qualquer localidade, principalmente em áreas naturais. Seja pela experiência do turista por intermédio do guia, ou aquela do próprio turista quando numa visita autoguiada.

No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, aqui trazido como motivador para a formulação de uma questão problema, a não obrigatoriedade do guia para a visita ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros pode caracterizar um não controle de uma grande área comum e um risco, na medida em que pode causar danos à Unidade de Conservação.

No entanto é preciso observar o direito que o turista possui em escolher ou não o apoio de um guia para a visitação, seja no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros ou em qualquer outro atrativo ou destino turístico.

Deste modo, a questão de haver o guiamento ou autoguiamento deve ser aprofundada. Esse é o objetivo do trabalho de pós-graduação ora em curso, que pretende abordar, na forma de dissertação, questões como: qual o nível de esclarecimento do turista quanto a importância do guiamento; a precisão ou não do guia mediador e da sua experiência; quais as possíveis consequências da opção por uma ou outra forma de guiamento, entre outras questões que deverão surgir ao longo da sua elaboração.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

## 7. Referências

AUGÉ, Marc ( 1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas. Editora Papirus

BRASIL (1994). *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR.

Brasil. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. *SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação*.

CARDOSO, M. M. et al. *Implantação da trilha autoguiada na Estação Experimental e Ecológica de Assis (SP)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. Anais...

DERRIDA, Jacques (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar Da Hospitalidade*. São Paulo: Escuta.

DIAS, C. M. (2002) (Org.) *Hospitalidade, Reflexões e Perspectivas*. São Paulo: Manole.

Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: FBPN: Associação Caatinga, 2002. v. 1, p. 454-463.  
COSTA, Patrícia Côrtes. *UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – Matéria prima do ecoturismo*. São Paulo: ed. Aleph, 2002.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes < <http://www.icmbio.gov.br.html> > Acessado em 17 de fevereiro de 2013.  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes < [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/MapaUCSJan2013\\_Web.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/MapaUCSJan2013_Web.pdf) > Acessado em 14 de maio de 2013.

GOUBOUT, J.( 1997). *Recevoir c'est Donner*. Revue Communications, nº 65, Paris: Du Seuil.

HALL, Colin Michael (2001). *Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.

HAM, S. H. *Interpretación ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños*. Golden: North American Press, 1992. 437 p.

HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons “A tragédia dos Comuns”* 1968.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes < <http://www.icmbio.gov.br.html> > Acessado em 17 de fevereiro de 2013.

# X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

KLINK, Amyr (2000). *Mar sem fim*. Cia das Letras.

ONFRAY, Michel (2009). *Teoria da viagem: Poética da geografia*/ Michel Onfray; tradução de Paulo Neves – Porto Alegre, RS: L&PM.

PEREZ, Xerardo Pereiro (2009). *Turismo Cultural: Uma visão antropológica*. Tenerife Espanha: El Sauzal, (COLECCION PASSOS EDITA).

SALVATI, Sérgio Salazar (2004) (Org.). *Turismo responsável \_ Manual de Políticas Públicas*. Brasília, DF, WWF Brasil.